



Nós Mulheres: reflexões sobre o jornalismo feminista malcomportado¹

Nayara Maria Vasconcelos²

Carmem Sílvia Aliende³

Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino, São João da Boa Vista, SP

Resumo

Esta pesquisa aborda o jornal *Nós Mulheres*, alternativo e feminista, que se engajou na luta pelos direitos democráticos e das mulheres, no período de Ditadura Militar no Brasil. Embora tenha sido veiculado durante apenas dois anos (1976-1978), o jornal tornou-se um marco histórico ao se assumir como o primeiro jornal feminista do país e se posicionar contra o regime então vigente. Ao adotar esta postura, legitimou-se como expressivo representante do jornalismo feminista malcomportado.

Palavras-chave: feminismo malcomportado, Ditadura Militar, jornal *Nós Mulheres*

1. Introdução

O artigo *Nós Mulheres: Reflexões sobre o jornalismo feminista malcomportado* conta a história do jornal *Nós Mulheres*, um dos mais importantes periódicos do feminismo de Segunda Onda. Este trabalho permite conhecer o jornalismo feminista que emergiu no Brasil após o Golpe Militar de 1964, com características de oposição ao Governo e à sociedade patriarcal.

Nós Mulheres (1976-1978) foi o primeiro jornal a se assumir feminista no Brasil. Essa atitude é considerada de grande importância para o movimento feminista e para o jornalismo, pois, a partir daí, surgiram vários periódicos que se propuseram a falar abertamente dos problemas das mulheres.

Portanto, o objetivo desta pesquisa é apresentar o jornalismo alternativo feminista, a partir do *Nós Mulheres*, para entender como o feminismo emergiu durante a Ditadura Militar e como as mulheres, a maioria atuando em dupla-militância, usaram a imprensa para reivindicar direitos femininos e políticos.

¹ Trabalho apresentado no IJ 01 - Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

² Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pelo Unifae, email: nayvasconcelos@yahoo.com.br

³ Orientador do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo do Unifae, email: csaliende@uol.com.br



A escolha do *Nós Mulheres* como objeto de estudo se justifica pela importância histórica deste veículo alternativo que, embora de curta duração, teve papel fundamental na construção de um espaço de expressão e validação do ideário das mulheres, questionando a organização sexual, social, política e econômica da época. Esta opção se fundamenta, ainda, na carência de dados e informações tanto sobre este veículo, em particular, quanto sobre a atuação da imprensa feminista de Segunda Onda.

Para desenvolvimento do tema proposto, utilizaram-se as seguintes ferramentas metodológicas: pesquisas bibliográfica, histórica e documental; entrevistas despadronizadas ou não-estruturadas, na modalidade focalizada.

2. As Ondas Feministas

Feminismo é o “movimento daqueles que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher ou a equiparação dos seus direitos aos do homem” (FERREIRA, 1999, p.892). No Brasil, seu surgimento aconteceu no momento em que outros grupos, como “negros, minorias étnicas, ecologistas, homossexuais”, denunciavam a opressão e exploração, buscando superar as desigualdades sociais (ALVES e PITANGUY, 2003, p.7).

Para compreensão e estudo do movimento feminista no país, há classificações conforme períodos históricos, acontecimentos relevantes e forma de atuação das militantes. Nesse contexto, destacam-se as divisões de Primeira e Segunda Onda Feminista, escolhidas para desenvolvimento deste trabalho, conforme Pinto (2003).

A Primeira Onda Feminista caracteriza-se pela expressiva luta pelo direito ao voto, representada pelo Partido Republicano Feminino (1910) e pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), instituições criadas por iniciativa de Bertha Lutz e que tinham como proposta o exercício da cidadania das mulheres.

Bertha, filha do cientista Adolfo Lutz, graduou-se em Biologia e Direito, e trabalhou no Museu Nacional. Por pertencer à elite [intelectual e financeira] e ser funcionária pública, exercia uma militância pacífica – defendia o Estado e, ao mesmo tempo, criticava-o pelos direitos negados à mulher. Por essa postura, atribui-se ao feminismo de Primeira Onda a denominação de “bem-comportado”.

Em 1932, o presidente Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral, concedendo à mulher o direito ao voto. O Decreto 21.076, de 24 de fevereiro, garantia, também, o voto secreto (SOIHET, 2000, p.104).



A Segunda Onda Feminista emergiu quando as minorias, como negros e homossexuais, reivindicavam seus direitos. Os grupos de mulheres que seguiram esta tendência passaram a atuar sob proteção da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de 1975, reivindicando os direitos das mulheres e se posicionando contra as atrocidades da Ditadura Militar - atitude que deu ao feminismo desse período a designação de “malcomportado”.

Em 1975, a ONU decretou o Ano Internacional da Mulher e a Década da Mulher, o que incentivou a organização de eventos em vários países para discutir as questões das mulheres. No Brasil, a *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI), no Rio de Janeiro, sediou a reunião intitulada “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que deu início ao feminismo da Segunda Onda. O encontro teve resultados positivos como a criação de grupos para discutir a situação da mulher, entre eles, o *Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira*, na capital fluminense (PINTO, 2003).

De acordo com Sarti (s/d, p.39), o reconhecimento da ONU dos problemas sociais da mulher proporcionou a criação de grupos políticos que saíram da clandestinidade e “... passaram a existir abertamente, como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres*, o *Movimento Feminino pela Anistia*, para citar apenas São Paulo”.

3. Nós Mulheres e a imprensa alternativa feminista

3.1. Imprensa alternativa

A imprensa democrática, alternativa ou “nanica” se popularizou nos anos da Ditadura Militar com características de esquerda e de oposição. Os jornais, artesanais, em “formato tablóide e muitas vezes de tiragem irregular e circulação restrita, eram vendidos em bancas, porém a venda mais significativa ocorria no âmbito da militância” (LEITE, s/d). Woitowicz (s/d) explica que eram alternativos porque se atreviam a desafiar o Governo, denunciando atrocidades, defendendo interesses de grupos e movimentos sociais, proporcionando debate de ideias e “fazendo circular informações que, de outro modo, seriam silenciadas” (Ibdem, Ib). De acordo com Kucinski (apud DEBÉRTOLIS, 2002, p. 29), o jornal *Pif-Paf*, editado por Millôr Fernandes, marcou o início da imprensa alternativa pós-1964, que teve “cerca de 150 jornais alternativos da década de 1970” (CARDOSO, s/d). Alguns títulos conhecidos são *De Fato*, *Em Tempo*, *Lampião*, *Movimento*, *Opinião*, *Pasquim*, *Ovelha Negra* e *Versus*.



3.2. Jornais alternativos feministas

A imprensa alternativa feminista se expandiu com a necessidade de repensar a situação da mulher pós-1975 e de reforçar a luta pelos direitos democráticos. Assim, apresentava-se com duas propostas claras: emancipação feminina e anistia política. Diferente do feminismo internacional, que tinha o patriarcado como único inimigo, o feminismo brasileiro dos anos 1970 se organizou em “dupla militância”, pois as mulheres deveriam combater as opressões patriarcal e capitalista (PEDRO, s/d).

O primeiro jornal da Segunda Onda foi o *Brasil Mulher*, fundado em dezembro de 1975, por Joana Lopes, em Londrina, como veículo de divulgação da *Sociedade Brasil Mulher*. A partir da segunda edição, foi transferido para São Paulo, onde circulou até março de 1979, com tiragens entre 5 e 10 mil exemplares. O jornal logo se firmou junto às forças de oposição, pois se propunha, principalmente, a defender a anistia dos presos e perseguidos políticos (Ibdem).

Nos anos seguintes, houve outros periódicos, como o *Boletim do Centro da Mulher Brasileira* (1979), *Boletim do Movimento de Luta por Creches* (1980), *Chanacomchana* (1982), *Jornal da Mulher* (1980), *Maria Brasileira* (1979), *Mulher ABC* (1980), *Mulher Liberta Mulher* (1980), *Mulherio* (1981), *Nós Mulheres* (1976).

Para complemento, é significativo ressaltar que Cardoso (s/d), em pesquisa de campo, catalogou 75 títulos de periódicos feministas que circularam no Brasil de 1974 a 1999.

3.3. “Nós Mulheres, quem somos?”

Em junho de 1976, entrou em circulação, em São Paulo, a edição inaugural do jornal *Nós Mulheres*. Editado em formato tablóide, com capa vermelha, ilustração de diversas mulheres e, abaixo, com a indagação “Quem somos?” estabeleceu novos rumos para a imprensa alternativa feminista. Embora *Brasil Mulher* tenha nascido meses antes, *Nós Mulheres* foi o primeiro a autodenominar-se feminista: “*Nós Mulheres* decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. [...] E, também, para pensarmos juntas nas soluções” (NÓS MULHERES, 1976), declararam no primeiro editorial. A questão é que, antes de 1975, os grupos que discutiam a posição social da mulher consideravam-se apenas femininos. Para eles, a palavra “feminista” refletia uma imagem negativa das mulheres – visão típica das culturas patriarcais.



3.4. Surgimento do jornal *Nós Mulheres*

O surgimento do *Nós Mulheres* é controverso. Há versões para a origem do nome do jornal e para a ideia de sua criação. A respeito do título *Nós Mulheres* existem as hipóteses de ter sido inspirado na revista feminista italiana *Noi Donne*⁴ ou ser uma adaptação do jornal *Nosotras*, fundado, em 1974, pelo Grupo Latino-Americano de Mulheres, em Paris.

Nesta última possibilidade se encaixa a versão proposta por Leite (s/d), para quem “as militantes que vão compor o coletivo do jornal *Nós Mulheres*, que voltam [do exílio] ao Brasil em meados de 1976, bem antes da Anistia, vinham decididas a editar um jornal feminista, de oposição, e que veiculasse as lutas sociais das mulheres”. Por outro lado, há a possibilidade de que a ideia de criar o *Nós Mulheres* seja genuinamente brasileira, conforme foi aventado durante o encontro das integrantes do jornal, realizado em 22 de abril, em São Paulo (SP). Na ocasião, as participantes do encontro discutiram ambas versões e concluíram que a proposta de criar o jornal nasceu no Brasil, em 1975, após reunião realizada na *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI).

Ao reencontrarem-se, depois de quase 30 anos, motivadas pela proposta desta pesquisa, Ana Carolina Oliviero, Cida Aidar, Inês Castilho, Leda Kfourri, Lia Zatz, Marianna Monteiro, Marli Gonçalves, Rachel Moreno e Renata Villas Boas recordaram os tempos de *Nós Mulheres* e da militância feminista.

Lia⁵, que diz ter ouvido rumores de que *Nós Mulheres* teria nascido na Europa, discorda: “Quem começou a articular um novo jornal (*O Brasil Mulher* já existia) foi a Rachel Moreno. Lembro-me da primeira reunião, onde estávamos Rachel, Rita de Lucca e eu”.

Como possível precursora, Rachel⁶ relata que durante o encontro na *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI), no Rio de Janeiro, levantou-se a necessidade de criar um veículo de comunicação de grande abrangência, para propor e levar discussões a respeito da condição feminina. Ao retornar a São Paulo, uniu um grupo de mulheres, predominantemente jornalistas, interessadas no projeto. Durante a preparação do que seria o primeiro número, apareceu o *Brasil Mulher*. Logo algumas jornalistas, ligadas ao Sindicato dos Jornalistas, identificaram-se mais com a linha editorial do *Brasil Mulher* e abandonaram o projeto do *Nós Mulheres* – curiosamente, durante a preparação da

⁴ Informação concedida por Inês Castilho, por e-mail, em 29 de setembro de 2009.

⁵ Depoimento Lia Zatz durante o encontro do *Nós Mulheres*, em 22 de abril, em São Paulo.

⁶ Depoimento de Rachel Moreno durante o encontro do *Nós Mulheres*, em 22 de abril de 2009, em São Paulo.



edição inaugural, nas comemorações de 8 de março, pensou-se em criar uma única imprensa democrática e feminista, unindo os dois jornais. Entretanto, Joana Lopes, fundadora do *Brasil Mulher*, reprovou a ideia, alegando que seria difícil a convivência de dois grupos tão distintos. *Nós Mulheres* entendeu a justificativa e, enquanto Joana permaneceu no jornal, a relação entre os dois foi amistosa (MORAES, s/d, p.27-28).

A primeira sede do *Nós Mulheres* foi no porão da casa onde funcionava o jornal *Versus*, em um espaço cedido pelo jornalista Marcos Faerman⁷. Lá a equipe se reunia, a princípio aos sábados pela manhã, depois aos domingos à noite, para organizar as edições. Durante o fechamento, se algo estivesse insatisfatório, elas passavam a madrugada em cima das laudas, fazendo as correções. “Tínhamos três ambientes contíguos que, pouco a pouco, dado o crescente sucesso de *Versus*, fomos perdendo. Mas, apesar de algumas queixas, a convivência com *Versus* sempre foi cordial”, recorda Moraes (1990, p.24).

Em 1977, *Nós Mulheres* foi transferido para a Rua Fidalga, 548, sala 26, Vila Madalena.

3.5. A equipe de *Nós Mulheres*

A equipe de *Nós Mulheres* era intelectualizada. A maioria das integrantes era poliglota e com passagem pelo exterior (a passeio, para estudos ou fugindo do Regime Militar). Compunham o grupo brasileiras que tinham voltado do exílio (especialmente da França) e mulheres que já estavam no Brasil e que tinham identificação com a oposição à Ditadura⁸, inclusive pessoas “...que tinham uma militância de esquerda clandestina”⁹.

Nós Mulheres era editado por um grupo de mulheres pertencentes, segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (apud PEDRO, s/d) à "militância política organizada", que representou a "primeira experiência de intervenção social através da luta ideológica".

⁷ Marcos Faerman fundou, em 1975, o jornal alternativo *Versus*.

⁸ Entrevista concedida por Cynthia Sarti, em julho de 2009, em São Paulo

⁹ Idem.



3.6. Produção do jornal

A produção do jornal era em sistema anárquico/artesanal, o que garantia que qualquer uma pudesse executar tarefas de repórter, editora, datilógrafa, *copy-desk*, endedora (MORAES, s/d, p. 25), etc. Assim,

o grupo não tinha, sabidamente, nenhum tutor político que impusesse diretrizes e, nas horas difíceis, propiciasse um auxílio mais forte. Era a concordância com nossas idéias e/ou simpatia por nossas posições que levava à colaboração estreita. E nosso estilo era direto. Em uma dada reunião alguém levantava a hipótese de se ir pedir x coisa para y pessoa. Discutíamos quem deveria compor a comissão e o resto era uma questão de cara e coragem. Assim, entramos em contato com o cartunista Henfil, que, prontamente, passou a fazer propaganda do *Nós Mulheres* e compôs uma tira da Graúna especialmente para nós (Ibdem, Ib).

A partir do segundo número, aquelas que haviam trabalhado com mais empenho no desenvolvimento da edição, firmaram-se como conselho editorial e, as demais, como colaboradoras (Ibdem. Ib).

A falta de hierarquia estabelecia que as matérias não fossem assinadas e pudessem ser modificadas inúmeras vezes. As pautas abordavam desde a “... opressão da mulher trabalhadora, a falta de creche para os filhos dos trabalhadores, até as relações com homens, [...] em questões que iam além da militância”¹⁰.

Como o jornal trazia temas considerados tabus, procuravam-se brechas para contornar a situação, especialmente no que diz respeito às questões que incomodavam a Igreja, pelo respeito que se tinha ao trabalho dos católicos. A questão é que *Nós Mulheres* e os demais alternativos tinham uma “aliança” com a Igreja Católica, que era favorável às causas libertárias. No âmbito feminista, *Nós Mulheres* tinha posicionamentos que iam contra os ensinamentos bíblicos e a moral católica. Por exemplo, quando se falava em aborto para as feministas, havia, sempre, uma tensão. Se mostrar favorável à prática era um risco e, nesse momento, a perda de aliados não era um bom negócio.

A diagramação era feita de forma artesanal. Segundo Renata Villas Boas, quando o jornal começou, “era um desespero”, porque ninguém sabia como organizar as páginas, que tinham uma “estética quase impossível”¹¹. Com o tempo, e com a ajuda do

¹⁰ Entrevista concedida por Cynthia Sarti em julho de 2009, em São Paulo.

¹¹ Depoimento de Renata Villas Boas, durante encontro do *Nós Mulheres*, em 22 de abril de 2009, em São Paulo.



editor de arte do *Versus*, Renata aprendeu como fazer planejamento gráfico e foi a responsável pela diagramação da maioria dos números do *Nós Mulheres* (Idem).

Por ser um jornal alternativo, o grupo levava o *Nós Mulheres* para a gráfica à noite e com muito cuidado, para não levantar nenhuma suspeita. O esquema era o mesmo na hora de buscar e encaminhar aos pontos de distribuição – algumas bancas, sedes de partidos aliados e grupos feministas, etc.

3.7. Muita polêmica e pouco dinheiro

Leite (2003) diz que, de modo geral, a situação financeira dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* era precária. Moraes (s/d, p. 25) lembra que o *Nós Mulheres*, “vivia endividado, com as vendas raramente cobrindo metade dos gastos...” e o pouco que entrava provinha das vendas, assinaturas, financiamentos e doações. Às vezes, apareciam pessoas dispostas a financiar uma edição, outras, as próprias integrantes tiravam dinheiro do bolso e pagavam a cota mínima, para impedir que o jornal sucumbisse. O primeiro número foi financiado pela atriz Ruth Escobar, o segundo por Elis Regina, entre outras personalidades e anônimos (Ibidem, Ib).

Como não havia publicidade, devido às dificuldades de conciliá-la com os objetivos de militância (Ibidem, Ib), os jornais feministas se uniram aos demais “nanicos” para incentivarem a venda dos periódicos oposicionistas. Com este propósito, *Nós Mulheres*, já na segunda edição, trouxe o espaço “Pela Imprensa Independente”, com os nomes de alguns alternativos.

3.8. *Nós Mulheres* na mira dos militares

Na Ditadura Militar, embora os movimentos de minorias, como homossexuais, mulheres e negros, não fossem tão visados pelo Regime, o posicionamento político de muitas mulheres que fizeram parte de *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* incomodaram o Governo, que passou a perseguir algumas militantes. Leite (s/d) revela que, por pertencerem à esquerda, muitas foram torturadas e/ou exiladas.

Para ilustrar tal afirmação, basta observar que o *Brasil Mulher* já era conhecido pelas feministas exiladas militantes do *Círculo de Mulheres de Paris*. A correspondência e o diálogo eram freqüentes entre a direção do jornal e o coletivo de mulheres exiladas, de onde se origina grande parte das militantes do *Nós Mulheres*. E, mais, o *Brasil Mulher* já era sabidamente, nessa época, constituído por mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro



(MR8). Quanto ao *Círculo de Mulheres de Paris*, cabe dizer que era formado por feministas de esquerda integrantes, em sua maioria, do Debate, dissidência política que surge no exílio agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) e mulheres autônomas. Ao voltar ao Brasil, esse segmento lança o *Nós Mulheres* (Ibdem).

Como o *Nós Mulheres* era um jornal politizado, esquerdista, de forte influência marxista, muitas das feministas que compunham a equipe foram vigiadas pelos militares, mesmo que não soubessem disso. O clima era tão tenso que, de acordo com a pesquisa *Nós Mulheres: por uma história de conquistas femininas*, realizada por Ana Paula Doriguelo, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Bauru (SP), há fichas de integrantes do jornal no acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)¹² - órgão criado para vigiar e impedir manifestações políticas e sociais contrárias ao regime. Doriguelo (s/d) diz que “... duas de suas edições foram apreendidas e algumas jornalistas, na sua maioria mulheres de tendência política esquerdista-marxista, foram perseguidas e presas durante o governo do General Ernesto Geisel”. Entretanto, não foi possível ter acesso à pesquisa completa, para conhecimento de quem foram essas mulheres e quais edições possivelmente apreendidas.

Ao questionar a equipe durante o encontro do *Nós Mulheres*, em 22 de abril, em São Paulo, ficou evidenciado que não houve censura direta ao jornal. Para comprovar este fato, buscou-se no acervo do DEOPS, disponibilizado no Arquivo do Estado de São Paulo, em São Paulo, as possíveis edições censuradas e, paralelamente, fichas de algumas mulheres que colaboraram com o jornal. Neste caso, optou-se pela busca aos nomes das duas jornalistas responsáveis e das integrantes que compareceram ao encontro e/ou concederam entrevista para esta pesquisa¹³.

A única edição encontrada foi a número 1, na série Dossiês, todavia, pelo que consta, o jornal não foi vetado, somente arquivado. No total, foram encontradas sete fichas com título “Jornal *Nós Mulheres*”. Entre os assuntos consta participação em simpósio e veiculação no meio estudantil e, o principal deles, com a referência “Imprensa Nanica – firmas impressoras”, de 05/12/1978.

¹² DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) é uma variação de DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Esta mudança ocorre devido à subordinação do órgão ao Governo Estadual.

¹³ Maria Lygia Quartim de Moraes e Susana Camargo se dispuseram a conceder entrevistas pessoalmente, mas, infelizmente, devido aos curtos prazos, foi impossível concretizá-las



Em nome de Mariza Corrêa, jornalista responsável da primeira à terceira edição, aparecem oito registros, com destaque para três: “Jornalista responsável pelo jornal *Nós Mulheres*” (10/1976), “Um dos colaboradores do jornal *Versus*” (março e abril/1978) “Membro do conselho editorial do jornal *Mulherio*” (05/82). Anamarcia Vainsencher, jornalista responsável a partir da quarta edição, possui uma ficha, praticamente sem detalhes – é imprescindível esclarecer que o expediente da oitava edição, que serviu de base para esta pesquisa, está ilegível e, por isso, foi impossível identificar quem foi a jornalista responsável pelo último número do jornal.

As demais integrantes fichadas são Cynthia Sarti, Inês Castilho, Lia Zatz, Maria Lygia Quartim de Moraes, Marli Gonçalves, Rachel Moreno, Renata Villas Boas, Solange Padilha e Susana Camargo. Não foram encontrados registros de Marianna Monteiro, Ana Carolina Oliviero e Leda Kfourri. Vale acrescentar que algumas dessas mulheres não sabiam, até serem informadas por esta pesquisa, que foram fichadas pelo DEOPS.

Embora a maioria dos documentos encontrados no DEOPS não seja especificamente por participação no *Nós Mulheres* (exceto Mariza Corrêa), ficou comprovado que, realmente, havia considerável preocupação dos militares com algumas mulheres que, paralelamente à militância política, pertenceram ao *Nós Mulheres*.

Lia Zatz, exilada dos 17 aos 23 anos, em Paris, foi participante da revista *Debate* e do *Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira*. No Brasil, foi vigiada e perseguida, antes de partir para a França, e ameaçada por um grupo paramilitar, ao voltar ao Brasil, enquanto militava no movimento de mulheres¹⁴.

Solange Padilha¹⁵ fez parte do Movimento Pela Liberação do Aborto (MLAC), de grupos de autoconsciência, organização clandestina e do primeiro grupo de mulheres brasileiras no exílio. Por militar em prol da democracia e do feminismo, chegou a ser presa e apanhou em manifestação pública.

A jornalista Susana Horta Camargo, que participou da produção de todas as edições do *Nós Mulheres*, foi casada, de 1970 a 1977, com o jornalista Juca Kfourri, com quem viveu um episódio assustador nas dependências do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de repressão do Regime. Surpreendidos em casa, onde também estavam os amigos Eduardo Ralston e Fábio Ionesco, foram presos por possuírem material de cunho

¹⁴ Entrevista concedida por Lia Zatz, por e-mail, em 20 de julho de 2009.

¹⁵ Entrevista concedida por Solange Padilha, por e-mail, em 2009.



político, encontrado no carro de Eduardo, e marxista, em uma estante de livros da residência (ALENCAR, 2006, p.22-24).

No DOI-CODI, Juca, Susana e os dois amigos viveram momentos de terror. Eduardo foi logo parar no pau-de-arara. Seus urros provocavam um sentimento de revolta e pavor. Juca foi interrogado e pressionado a confessar que era comunista. [...] Em meio ao interrogatório, sob a ameaça de ser submetido às descargas elétricas da “pimentinha” (máquina de choque) caso não colaborasse, o tenente do Exército que fazia o interrogatório ameaçou levar a mulher de Juca para ver o amigo Eduardo nu preso ao pau-de-arara. Disse que iria levá-la para fazer uns “carinhos nele”. Nesse momento, Juca se revoltou e, pelo “mau comportamento”, levou do inquisidor um tapa de mão aberta na cara. Ele não se intimidou com a agressão e exigiu ser tratado com dignidade até que provassem alguma coisa contra ele. Diante da sua reação, o militar acabou desistindo de constranger Susana e disse que a verdade iria aparecer logo (Ibidem, Ib).

3.9. *Nós Mulheres e a Associação de Mulheres*

Em *Nós Mulheres*, mesmo que não houvesse hierarquia e as decisões fossem coletivas, com o passar do tempo, dois grupos foram se formando e se distanciando – as “mais políticas e as mais feministas”¹⁶, até o rompimento definitivo, no começo de 1978, dividindo a turma em jornal *Nós Mulheres* (mais tarde *Grupo Nós Mulheres*) e a *Associação de Mulheres*.

Na opinião de Lia Zatz¹⁷,

começou a existir um clima agressivo entre dois grupos: um liderado pela Ia [Maria Lygia Quartim de Moraes] e outro onde estávamos Rita [de Lucca] e eu, ambas militantes do *Debate*. Lembro-me de termos sido acusadas de instrumentalizar o jornal em proveito da organização. Nunca aceitei essa acusação, pois me considerava realmente feminista e, dentro do *Debate*, brigávamos pelas nossas posições. Talvez, de fato, houvesse discordância quanto ao peso que tais ou tais assuntos deveriam ter no jornal.

Para entendimento dessa fase, é preciso esclarecer que, quando foi criado, o *Nós Mulheres* aparecia como órgão da *Associação de Mulheres*, entidade sem fins lucrativos. A Associação, legalmente, podia exercer outras atividades não-lucrativas, o que propiciava a difusão das ideias feministas. Ambos, a princípio juntos, desenvolviam atividades com mulheres da periferia, donas de casa, etc, e participavam, organizavam e/ou cobriam manifestações, encontros, congressos.

¹⁶ Entrevista concedida por Solange Padilha, por e-mail, em 2009.

¹⁷ Entrevista concedida Lia Zatz, por e-mail, em 2009.



Com o tempo, as discussões por causa de divergências político-ideológicas, que influenciavam a definição dos temas abordados, aumentaram. Segundo Moraes (s/d, p.27), “... é nessa fase, com desentendimentos freqüentes, que algumas militantes, antes integrantes do conselho editorial, decidiram sair do jornal e atuarem, somente, na *Associação de Mulheres*”. Na visão de Lia Zatz¹⁸, que optou pela *Associação*, “uma coisa era o grupo político e a outra coisa era a militância. Era separado. Uma das grandes brigas que tivemos, e que separou *Nós Mulheres* da *Associação*, foi por conta dessas discussões”. Moraes (s/d, p. 33-34) relata que, posteriormente, começou-se a discutir os princípios e reais objetivos da *Associação*, que “... terminaram por camuflar, no período final do primeiro grupo *Nós Mulheres*, violentas disputas pelo poder grupal”

A sétima edição trouxe um editorial expondo alguns problemas do grupo e anunciando a independência da *Associação de Mulheres*.

Vimos a necessidade de tornar real a *Associação das Mulheres*, que existia formalmente desde a criação do NM [*Nós Mulheres*]. Nesta *Associação*, uma série de atividades pôde ser realizada. Formaram-se mais três grupos: pesquisa, cinema e contato com mulheres de diferentes setores. Parte do antigo grupo que fazia o jornal distribuiu-se entre estes subgrupos e novas mulheres juntaram-se a nós. Frente à escassez de canais de expressão e atuação em nossa sociedade, a *Associação das Mulheres* assume um papel importante. Ela deverá possibilitar a discussão e luta em torno das questões que dizem respeito à mulher: a democracia e a emancipação feminina. Pretendemos que a *Associação* se constitua num grupo de mulheres que atuem efetivamente na transformação da realidade em que vivemos e que, ao lado do *Nós Mulheres*, seja um instrumento na luta para que o feminismo se consolide em nosso país (NÓS MULHERES, 1978, p.02).

O último número do *Nós Mulheres* saiu em junho/julho de 1978. Com o rompimento e o fim do jornal, a turma que tinha optado pela produção do periódico, criou o *Grupo Nós Mulheres*. Tanto a *Associação* quanto o *Grupo* tinham características de grupos de estudos, embora a *Associação* fosse mais voltada à atuação social, no âmbito de militância.

O *Grupo Nós Mulheres*, que incorporou outras pessoas à equipe, seguiu a vertente cultural, valorizando a área de atuação de cada uma das integrantes, especialmente na área de Ciências Humanas. Como a maioria tinha curso superior e

¹⁸ Depoimento de Lia Zatz durante encontro do *Nós Mulheres*, realizado em 22 de abril de 2009, em São Paulo.



estava iniciando a carreira acadêmica, buscava-se fundamentação teórica em tudo que se discutia. Sobre essa identidade crítica, Cynthia¹⁹ lembra que liam e estudavam o assunto, para depois comentarem. Como o domínio de inglês e francês era quase geral, costumava-se traduzir textos, inclusive das intelectuais que escreviam sobre feminismo.

A *Associação de Mulheres* e o *Grupo Nós Mulheres* permaneceram em funcionamento por mais alguns anos desenvolvendo várias ações sociais, políticas e educativas. Com o fim das duas organizações, cada uma das mulheres seguiu seu caminho.

4. Considerações finais

Ao estudar o jornal *Nós Mulheres*, foi possível perceber que o periódico, embora irregular, tanto pela dificuldade de ser um veículo feminista quanto alternativo, foi inovador ao se declarar feminista e trazer temáticas árduas e polêmicas para a época - mesmo nas matérias de cunho político, a questão da mulher era sempre o foco principal. Segundo o dicionário Michaelis²⁰, versão online, malcomportado é o “que age ou se comporta mal”, de má-educação, ou seja, em uma sociedade onde a submissão da mulher é cultural, a luta pelo rompimento dos padrões considerados “normais” era um mau exemplo e ameaçava a soberania masculina. No contexto da Ditadura Militar, ser malcomportado era pertencer, apoiar ou se identificar com a esquerda oposicionista, enfim, não acatar as regras impostas pelo Regime. No *Nós Mulheres*, o feminismo malcomportado é evidenciado na linha editorial, que traz o enfrentamento ao Governo e ao patriarcado e convoca as leitoras a lutarem por liberdade em ambos os sentidos, posicionamento inaceitável para os costumes da época.

Em relação aos militares, comprovou-se que, embora o feminismo não fosse o centro de atenções dos censores, havia preocupação com o movimento de mulheres. A maioria das militantes do jornal *Nós Mulheres* foi fichada no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) por pertencerem à esquerda, colaborarem com a imprensa alternativa, participarem de movimentos estudantis, entre outros motivos.

Vale acrescentar que, após 1981, conforme Cardoso (s/d), o jornalismo feminista ganhou outras características: tornou-se institucionalizado, com patrocínio de entidades e do Estado, priorizando questões de gênero, com temas voltados somente às mulheres.

¹⁹ Entrevista concedida por Cynthia Sarti em julho de 2009, em São Paulo.

²⁰ Disponível em <http://michaelis.uol.com.br>.



Como exemplo, tem-se o jornal *Mulherio* (1981), da Fundação Carlos Chagas, onde trabalharam algumas jornalistas que foram do *Nós Mulheres*.

Nota-se que, com o tempo, os grupos feministas deixaram de existir e as mulheres interessadas no assunto, foram para as universidades ou Organizações Não-Governamentais (ONG's). Há publicações como os *Cadernos Pagu*, do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu²¹, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e a *Revista de Estudos Feministas*²², da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), voltadas para a publicação científica, e a *Editora Mulheres*²³, fundada por professoras da UFSC, para publicação de obras sobre mulheres. Também acontecem colóquios, congressos, simpósios nacionais e internacionais, como o “Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”, realizado em maio de 2009, em Florianópolis, para discutir os resultados dos estudos de gênero. Na Internet, há iniciativas como o site *Observatório da Mulher*, presidido por Rachel Moreno, que “busca contribuir, resgatar e tornar visíveis as lutas das mulheres no Brasil”²⁴.

Enfim, ao desenvolver este trabalho, foi possível perceber o quanto o jornal *Nós Mulheres* foi fundamental na construção da história do feminismo brasileiro, bem como da imprensa alternativa pós-1964, tanto pelo pioneirismo quanto pela audácia e coragem.

5. Referências

- ALENCAR, C. **Juca Kfourir**: o militante da notícia. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- ALVES, B.M. e PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BRASIL. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). São Paulo, SP, 2009.
- BUITONI, D.S. **Imprensa feminina**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- CARDOSO, E. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 27 de setembro de 2009.
- CORRÊA, M. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil**: um exemplo pessoal. (Dossiê: feminismo em questão, questões do feminismo). Disponível em: www.pagu.unicamp.br. Acesso em 31 de maio de 2009.
- DEBÉRTOLIS, K.S. **Brasil Mulher**: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista.

²¹ Disponível em www.pagu.unicamp.br.

²² Disponível em www.scielo.br.

²³ Disponível em www.editoramulheres.com.br.

²⁴ Disponível em www.observatoriodamulher.org.br.



2002. 140p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- DORIGUELO, A. P. **Nós Mulheres**: por uma história de conquistas femininas. Disponível em www.faac.unesp.br. Acesso em 14 de agosto de 2009.
- FERREIRA, A.B.H. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- LEITE, R.S.C. **Brasil Mulher e Nós Mulheres**: origens da imprensa feminista brasileira. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 01 de outubro de 2009.
- MORAES, M.L.Q. **A experiência feminista dos anos setenta**. Faculdade de Ciência e Letras Departamento de Sociologia. Araraquara (SP): Unesp-Araraquara, 1990.
- MORAES, M.L.Q. **Marxismo e feminismo no Brasil**. Campinas (SP): Editora do IFCH – Unicamp, 1996.
- NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres. 1976-1978.
- PEDRO, J. **Narrativas fundadoras do feminismo**: poderes e conflitos (1970-1978). Disponível em www.scielo.br. Acesso em 29 de maio de 2009.
- PINTO, C.R.J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SARTI, C.A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970**: revisando uma trajetória. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 20 de agosto de 2009.
- SOIHET, R. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Revista Brasileira de Educação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo: 2000. Disponível em: www.unb.br. Acesso em 31 de maio de 2009.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Campinas (SP), 2009.
- WOITOWICZ, K.J. **Páginas que resistem**: a imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. IN: VI Congresso Nacional de História da Mídia, Niterói: 2008, Anais.
- WOITOWICZ, K.J. **Traços do feminismo na imprensa alternativa**: as lutas das mulheres nos jornais Opinião, Movimento e Repórter no Brasil dos anos 1970. Disponível em: www.fazendogenero7.ufsc.br. Acesso em 13/04/2009.